

Relatório de Gestão

ESMAT
2015

Relatório de Gestão

ESMAT
2015

8

Apresentação

11

Ações Realizadas

23

Cursos Presenciais

37

Eventos

49

Cursos à Distância

57

Convênios

63

Pós-Graduações Lato e Stricto Sensu

69

Relatório

Sumário

Institucional

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, foi criada em 1998, em cumprimento ao preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, alínea “c”, e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original. No âmbito estadual, sua regulamentação se deu com a Resolução nº 005, de 1998, do órgão Especial do Tribunal de Justiça.

A Esmat é uma entidade de educação corporativa, dotada de autonomia financeira, vinculada ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e tem como finalidade precípua assegurar a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, sendo elemento essencial ao aprimoramento da prestação jurisdicional. É, portanto, uma Escola de Governo.

Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Esmat estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos, MISSÃO, VISÃO, VALORES E POLÍTICA DE QUALIDADE. Conheça-as:

Missão:

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”

Visão:

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”

Valores:

ÉTICA – MORAL – URBANIDADE – COMPROMETIMENTO – RESPONSABILIDADE – COOPERAÇÃO – INOVAÇÃO – SOLIDEZ

Política de Qualidade:

“Atender às necessidades de magistrados e servidores na sua formação e aperfeiçoamento, respeitando os requisitos vigentes do Poder Judiciário, colaborando com a eficácia na prestação jurisdicional por meio da melhoria contínua de seus processos.”

Composição *ESMAT*

CONSELHO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

Presidente do Conselho
Desembargador Luis Aparecido Gadotti

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretor Adjunto – Conselho Editorial
Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Océlio Nobre

ASMETO
Juiz Gerson Fernandes Azevedo

Diretor Geral TJTO
Francisco Cardoso

DIRETORIA

Diretor Geral
Desembargador Marco Villas Boas

1º Diretor Adjunto – Conselho Editorial
Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto

2º Diretor Adjunto – Conselho de Cursos
Juiz José Ribamar Mendes Júnior

3º Diretor Adjunto – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica
Juiz Océlio Nobre

Diretora Executiva
Ana Beatriz de Oliveira Pretto

Assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
Maria Luiza C. P. Nascimento

Assessora Acadêmica e Pedagógica
Débora Regina Honório Galan

EQUIPE TÉCNICA

Alessandra Viana Malta
Andreia Teixeira M. Barbosa
Anna Paula A. M. Falcão Coelho
Ariel Fabrício Alves Arieiro
Bruno Odate Tavares
Camilo Dácio Noletto
Crisleane Ferreira da Silva
Cynthia Valéria C. Aires
Diego Henrique de Andrade Ferreira
Ednan Oliveira Cavalcanti
Francisco Erasmo Batista
Grazielle Coelho Borba Neres
Irla Honorato Oliviera
Jadir Alves de Oliveira
João Leno Tavares Rosa
Josilene C. de Oliveira
Leila França dos Anjos
Lílian Gama da Silva

EXPEDIENTE

Supervisão: Lily Sany Leite
Redação: Irla Honorato; Alessandra Malta
Arte e Diagramação: Roberto Pires
Revisão Ortográfica: Maria Ângela B. Lopes
Fotos: Ednan Cavalcanti, Rondinelli Ribeiro e Marcos Carneiro

Lily Sany Silva Leite
Lucilene Aparecida da Silva
Marcela Santa Cruz Melo
Marcos Adão Pereira Carneiro
Maria Ângela Barbosa Lopes
Mária Rúbia G. da Silva Abalém
Mirna Glaucia R. da Silva
Neuton Pereira Melo Júnior
Oderval Rodrigues Neto
Paulo Ricardo Nardes Marques
Roberto Carlos Pires
Ruto César Moreira Costa
Silvana Carvalho de Castro Pires
Silvânia Melo de Oliveira Olortegui
Sônia Cláudia Bezerra Sales
Taynã Nunes Quixabeira
Thelni Veloso de Sousa
Vanice Lunkes Gotz
Vinícius Fernandes Barboza

Apresentação

Em 2015, o trabalho em equipe, evidenciado pela dedicação e pelo esforço, tornou-se emblemático para a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Somos a primeira Escola da Magistratura certificada pela ISO 9001/2008, o que atesta a qualidade dos serviços prestados pela Escola. Resultado dessa grandeza é fruto da efetividade das ações realizadas que este ano congregou mais de duas mil horas-aula de ações educacionais realizadas, dentre as quais estão os cursos de capacitação e aperfeiçoamento, cursos de pós-graduações e eventos em geral.

Números dessa grandeza não se constroem sozinhos. Necessita-se do respaldo de cada setor, a confiança dos magistrados e servidores lotados nas 42 comarcas do Estado, a efetividade das ações, o respeito dos órgãos parceiros, o diálogo permanente com a sociedade e, sem dúvida, o exímio respaldo da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, credibilizado pelo presidente, desembargador Ronaldo Eurípedes.

Concluimos este ano convictos de termos trilhado o caminho do crescer com solidez, avançado com a segurança e credibilidade de uma Escola que faz com que o capital intelectual do Poder Judiciário Tocantinense ganhe mais destaque dia após dia, no crescente avanço da qualidade na prestação jurisdicional e na organização que transforma o conhecimento especializado em performance eficaz.

Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat



Ações Realizadas



Nova Diretoria da Esmat é Empossada



Durante sessão solene realizada no primeiro semestre de 2015, o desembargador Marco Villas Boas foi empossado para dirigir, por mais dois anos, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto assumiu a Diretoria Adjunta. Logo ao assumir, o diretor geral, desembargador Marco Villas Boas, nomeou, por meio das Portarias nº 001 e nº 002, de 2015, o juiz José Ribamar Mendes Júnior como segundo diretor adjunto, e o juiz Océlio Nobre da Silva



como terceiro diretor adjunto da Esmat. Em fevereiro deste ano, o vice-presidente do TJTO, desembargador Luís Aparecido Gadotti, cumprindo dispositivo regimental, assumiu a Presidência do Conselho Institucional e Acadêmico da Escola; e como membros do Conselho também tomaram posse o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO), juiz Gerson Fernandes Azevedo, e o diretor geral do TJTO, Francisco Cardoso.

Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat



O Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat se reuniu em setembro para tratar da implantação da Comissão Interna de Avaliação Institucional (CIA) da Escola Superior da Magistratura Tocantinense. A referida comissão está prevista nos artigos 61 a 63 do Regimento Interno da Esmat. O Conselho discutiu as diretrizes para regulamentação das atividades da CIA que foi unanimemente aprovada. Outro ponto debatido foi a importância da parceria com a Universidade de Lisboa no intercâmbio internacional.

O Diretor Geral da Esmat destacou a importância da aproximação da Universidade, acerca do direito europeu, por meio da realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* na Esmat. “Esse é sem dúvida um importante passo. A atuação dos professores da Universidade de Lisboa em nossos cursos de pós-graduação em nossa Escola e a possibilidade de acesso ao mestrado da universidade portuguesa para aqueles alunos que desejarem continuar e aprofundar seus estudos.”

Ainda na reunião foi proposto pelo desembargador Marco Villas Boas e aprovada pelo conselho, a implantação de reuniões virtuais, via SEI, com suporte da ferramenta whatsApp.

No dia quatro de dezembro foi realizada a primeira reunião virtual do Conselho que discutiu a minuta de termo de cooperação técnica, acadêmica, científica e cultural pretendido entre a Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína e Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda (FAHESA/ITPAC) e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). A proposta do termo de cooperação foi aprovada por unanimidade pelos membros do Conselho.

Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, responsável pela proposição da reunião virtual, este é mais um avanço do Poder Judiciário Tocantinense, que, por meio da Esmat, apresenta novo método, rápido e eficaz, no processo de gestão jurisdicional e acadêmica.

Sobre o Conselho

O Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat é composto pelos seguintes membros: o diretor geral da Escola, desembargador Marco Villas Boas; o primeiro diretor adjunto, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto; o segundo diretor adjunto, juiz José Ribamar Mendes Júnior; o terceiro diretor adjunto, juiz Océlio Nobre da Silva; o presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins, juiz Gerson Fernandes Azevedo; e o diretor geral do Tribunal de Justiça, Francisco Alves Cardoso Filho.



Diretor Geral é Homenageado em Ouro Preto com a Medalha da Inconfidência



Paraça Tiradentes, em Ouro Preto, viveu um clima de civismo e liberdade no dia 21 de abril, durante a entrega da Medalha da Inconfidência, comenda que homenageia o mártir Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Em sua 64ª edição, a Comenda, maior honraria concedida pelo estado de Minas Gerais, foi entregue, pelo governador Fernando Pimentel e pelo vice-governador Antônio Andrade, a 141 personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Minas Gerais e do Brasil.

O Tocantins teve um homenageado, o diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desembargador Marco Villas Boas, reconhecido, também, pelo trabalho desenvolvido como vice-presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), assim como o presidente do Copedem, desembargador Antonio Rulli Junior, os quais, juntos, receberam a Medalha da Inconfidência.

Para o desembargador Marco Villas Boas, essa importante homenagem “é do Copedem que tem o grande mérito refletido em nós por um momento. Nossas homenagens aos colegas diretores das Escolas Estaduais.”

Mais de 100 Obras na Biblioteca Virtual

A Escola adquiriu, por meio da Biblioteca Digital, 104 obras publicadas pela Editora Fórum nas diversas áreas do Direito, em sua maioria sobre Direito Público. A segunda série da Biblioteca Digital Fórum de Livros para magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense já está disponível. O acesso é pela intranet, no link Biblioteca Virtual. A segunda série possui todos os benefícios da plataforma, como leitura simultânea, busca integrada e permanência por tempo indeterminado do conteúdo adquirido. Possibilita, também, a conversão do texto para os formatos PDF e EPUB. Outra novidade da Biblioteca é que a Revista ESMAT foi indexada pelo “Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal” – Latindex.

Na avaliação do Latindex, a Revista ESMAT teve todas as trinta e três “características” aprovadas, atendendo a 100% dos critérios para indexação. Uma das metas assumidas pelo Conselho Científico e Editorial da Revista foi a de maior exogenia na captação e seleção de artigos relacionados diretamente a um dos critérios de avaliação da base de dados. A indexação é importante ferramenta para situar os periódicos científicos nos bancos de dados internacionais, possibilitando maior visibilidade dos artigos científicos publicados pela Revista ESMAT.

BID Periódicos
Referência para os profissionais do Direito que buscam por atualização permanente, no conteúdo as doutrinas por meio de artigos jurídicos, seleção diferenciada de jurisprudência e pelo comentários sobre mudanças na legislação.

BID Informativos
Acesso às edições do Informativo Fórum Diário de Direito Público, que contém normas decretos, portarias e a seleção das principais notícias de interesse dos profissionais do Direito, publicadas em jornais nacionais e em fontes específicas, tais como o Diário Oficial da União.

BID Códigos
Consulta ao texto integral de todos os códigos brasileiros, incluindo a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, com todas emendas e legislação complementar que aporem a atualização e a praticidade de pesquisa.

BID Livros
Reunião das mais importantes obras jurídicas da Editora Fórum, assinadas por renomados autores nacionais e internacionais, conteúdos atualizados em diversas áreas do Direito.

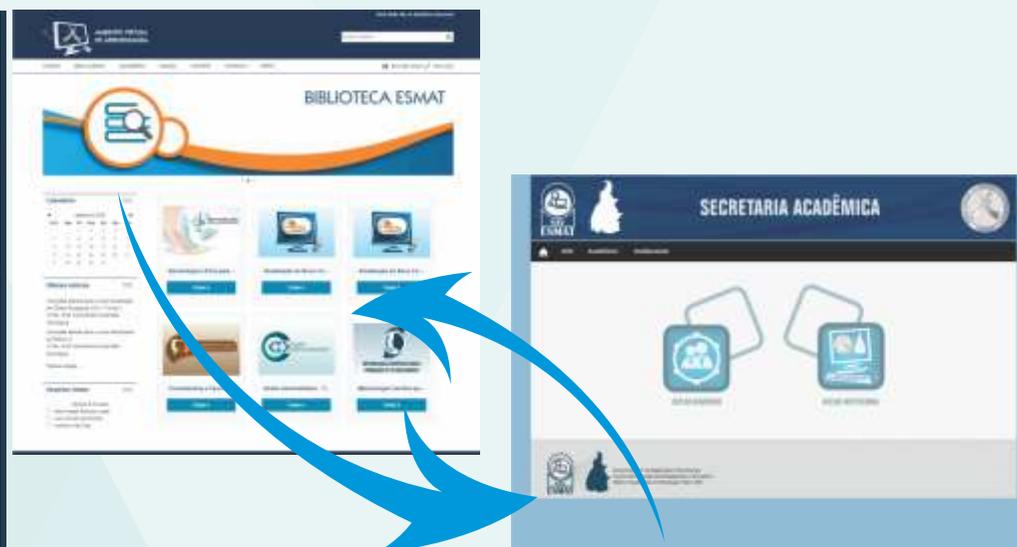
BID Vídeos
Assista às opiniões e debates dos juristas mais consagrados do Brasil, gravados durante palestras e reuniões ministradas em encontros e debates realizados e patrocinados pela Editora Fórum em todo o País.

Portal: Biblioteca Digital Fórum

Aplicativo para Tablets e Smartphones

No Brasil, pesquisas indicam que estão em uso atualmente mais de 260 milhões de celulares, sem falar do crescimento das vendas de tablets. A mobilidade veio para ficar e já faz parte do dia a dia de milhões de pessoas. Ciente dessa demanda, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) lançou, em setembro, um aplicativo para tablets e smartphones disponível de forma gratuita para IOS e Android.

A novidade facilita o acesso às notícias da Esmat e possibilita a inscrição em cursos e eventos oferecidos pela Escola, diretamente do celular, independentemente do lugar em que a pessoa esteja. Para o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, “a ferramenta estreita ainda mais a comunicação e as relações da instituição com magistrados e servidores.”



Esmat apresenta Projeto de Tecnologia Educacional no 21º CIAED – ABED

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi uma das Instituições selecionadas para apresentação de trabalho durante o 21º Congresso Internacional de Educação à Distância (CIAED/ABED). O servidor Neuton Pereira de Melo Júnior representou a Escola com a apresentação do trabalho científico selecionado pela organização, com o tema: “Sistema de Gerenciamento de Dados Acadêmicos Integrado ao Ambiente Virtual de Aprendizagem SAV/MOODLE”, que atua diretamente na oferta de cursos e eventos na modalidade à distância. Para o servidor, este foi um momento muito importante para a Escola que se destacou com o sistema apresentado no Congresso. “Foi uma honra representar a Esmat e poder levar aos representantes de diversos países um sistema aplicado e desenvolvido pela nossa Escola.”

Escola Judicial de Pernambuco homenageia Diretor da Esmat



O desembargador Marco Villas Boas foi uma das 21 personalidades do mundo jurídico homenageadas, no pleno do Palácio da Justiça de Pernambuco, em evento da Escola Judicial, no dia 12 de agosto. A comenda, que representa a mais alta condecoração da instituição, foi entregue pelo diretor da Escola, desembargador Ricardo Paes Barreto, e pelo vice Stênio Neiva Coêlho, às autoridades, pelos relevantes serviços prestados à Escola Judicial de Pernambuco.



A Medalha de Mérito Juiz Aluiz Tenório de Brito, instituída em 13 de janeiro deste ano pelo diretor da EJ/TJPE, desembargador Ricardo Paes Barreto, é uma homenagem ao magistrado que criou o projeto de fundação da EJ/TJPE, na época denominada Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). O projeto foi apresentado em 1985 pelo juiz, sendo a fundação da Escola concretizada em 11 de agosto de 1987, pelo então presidente do TJPE, desembargador Nildo Nery.

Esmat é a primeira Escola da Magistratura a receber certificado ISO 9001:2008



A Esmat recebeu mais uma menção que atesta a qualidade dos serviços prestados, desta vez, o certificado ISO 9001:2008. A boa notícia também contempla os alunos das instituições parceiras, que têm a garantia de participar dos cursos, seminários e congressos organizados por uma Escola altamente qualificada e internacionalmente reconhecida.

Após um período de preparação, a Escola recebeu a visita do auditor do Instituto Tótum, Fernando Giachini Lopes, que, ao final, apresentou um relatório em que recomendou a certificação da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Após uma semana de expectativa, o Instituto Tótum confirmou que a Esmat fora certificada, tendo como escopo o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, de acordo com a Norma NBR ISO 9001:2008.

O certificado tem validade de três anos e, durante esse período, a Escola passará por outras avaliações de manutenção para que seja verificada a padronização dos processos e a qualidade dos serviços. A Solenidade de entrega do Certificado ISO 9001, realizada durante a abertura do IV Congresso Internacional em Direitos Humanos, foi entregue ao desembargador Marco Villas Boas pelo presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes.

“Esta conquista é fruto do constante aperfeiçoamento do sistema de gestão da Escola. Passamos por um rigoroso processo de auditoria do Organismo Certificador, o que materializa o alinhamento da Esmat às melhores práticas: a nossa atuação voltada para a melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados e o constante foco em atender às necessidades de quem se relaciona conosco. Essa é uma vitória do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.”

Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat





Cursos

Presenciais



Curso Gestão de Recursos Humanos

As atividades aconteceram em fevereiro, com vistas a desenvolver a competência em gestão de pessoas para promover habilidades na aplicação de métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, com o objetivo de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano na Instituição.

Para o servidor Marcelo Adriano Rodrigues, contador judicial da Comarca de Tocantinópolis, “os temas abordados foram muito úteis para nossa realidade nas comarcas, bem como para a proposta do Tribunal de Justiça de modernização do Judiciário”. Ressaltou ainda que “promover atividades para compartilhar as experiências entre as comarcas e envolver a força de trabalho nesse movimento favorece o Judiciário, os servidores e o jurisdicionado.”

O curso teve como público-alvo os servidores do TJTO que atuam nas áreas Administrativa, Financeira, Assessoria Jurídica, Controladoria Interna, Diretoria de Obras, Corregedoria Geral, Esmat, e Comarcas de 2ª e 3ª Entrâncias do Estado. As aulas foram ministradas pela professora Vera Mello, psicóloga formada pela UFRJ com notória especialização em Psicologia Organizacional.



Curso Atualização e Principais Alterações do Novo CPC



A Esmat saiu na frente, no Tocantins, ao realizar o curso de Atualização e Principais Alterações do Novo Código de Processo Civil (CPC). A primeira turma teve como público-alvo os magistrados do Tribunal de Justiça do Tocantins. Dividido em oito módulos, o curso teve como finalidade apresentar aos magistrados tocantinenses, especialmente aos que atuam nas áreas cíveis, as profundas mudanças paradigmáticas do Novo Código de Processo Civil, apontando a nova mundividência nele contida, para aperfeiçoar os serviços prestados e melhorar a entrega da tutela jurisdicional, a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil.

Para o juiz auxiliar da presidência do TJTO, Ronclay Alves de Moraes, “trata-se de mais uma importante iniciativa da Esmat no cumprimento de sua missão, qual seja, aperfeiçoar magistrados e servidores. O Novo Código é uma nova realidade para todos os agentes do Direito. Como há profundas alterações, deve o magistrado estar a par de todas essas mudanças, objetivando com isso uma melhor aplicação do Direito”, finalizou o participante.

Como atividade complementar do curso, a Esmat promoveu importante palestra com o tema: Processo e Procedimentos no Novo Código de Processo Civil, ministrada pelo professor doutor Fredie Didier, em 17 de junho, com mais de 800 inscitos, lotando o auditório e o Pleno do Tribunal de Justiça do Tocantins.



Capacitação para uso do SEER

Realizado em maio de 2015, o curso teve como objetivo capacitar os servidores no processo de criação, gestão das revistas científicas e demais processos de edição e publicação, realizados pela Esmat e disponibilizados aos servidores e magistrados do Poder Judiciário, na plataforma do Sistema Eletrônico de Edição de Revista (SEER). O curso proporcionou, também, o conhecimento da plataforma; as vantagens de seu uso e da adoção da política de Acesso Aberto; os recursos mais utilizados pelos editores brasileiros; as boas práticas no dia a dia de um periódico científico, tendo em vista a melhoria dos trabalhos da equipe editorial e o aumento da visibilidade do periódico na comunidade científica.

E-Proc: atualização e capacitação

O curso foi realizado com o objetivo de aperfeiçoar os conhecimentos dos usuários na utilização do sistema E-Proc (TJTO), e de fornecer informações sobre as novas ferramentas implementadas pelo sistema. Ao todo, foram oferecidas 1.600 vagas para magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), membros do Ministério Público Estadual (MPE), membros da Defensoria Pública Estadual e Municipal, membros da Procuradoria da União, Estadual e Municipal, e servidores da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

O curso foi desenvolvido em duas etapas: a primeira constituiu em orientações práticas *in loco* a magistrados, escrivães, escreventes, técnicos, assessores, oficiais de justiça, membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), membros do Ministério Público Estadual (MPE), membros da Defensoria Pública Estadual e Municipal, membros da Procuradoria da União, Estadual e Municipal e servidores da Secretaria Estadual de Segurança Pública, na Esmat, nas quarenta e duas comarcas e no Tribunal de Justiça; a segunda etapa foi realizada a partir da gravação dos vídeos, com apresentação das ferramentas de aperfeiçoamento do Sistema E-Proc (TJTO), transmitidos pela rede EaD da Esmat, permitindo aos participantes realizar debates por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat (AVA).



Curso Elaboração e Avaliação de Ementas Jurisprudenciais: aspectos metodológicos

Ministrado pelo doutor em Ciência da Informação, José Augusto Chaves Guimarães, professor titular no Departamento de Informação da UNESP, o objetivo do curso foi o de contribuir efetivamente ao aperfeiçoamento dos aspectos metodológicos e das técnicas de elaboração de ementas, tendo como consequência a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Participaram do curso cinquenta e quatro alunos, dentre assessores jurídicos de desembargadores e analistas judiciários da Equipe de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; assessores das Turmas Recursais do Fórum de Palmas e servidores dos órgãos parceiros.



Curso GPWEB

Realizado no laboratório de Informática da Esmat, o curso GPWeb teve como finalidade apresentar as suas principais funcionalidades do Sistema para condução e gerenciamento de projetos, sejam de software, de engenharia ou outros projetos que necessitem de gerenciamento.

O GPWeb é um software de gestão estratégica, cuja finalidade é adaptar-se aos processos da organização das instituições, de modo a oferecer grande flexibilidade, tanto na gestão dos processos quanto no gerenciamento de projetos. As aulas que aconteceram em agosto deste ano foram ministradas pelo servidor do TJTO, Leonardo Andrade Leal, especialista em Gestão Pública e Sociedade.

Curso Aprimoramento de Controles em Processos Organizacionais

Com o intuito de capacitar e aprimorar o conhecimento e desenvolver competências para avaliar a eficácia de controles internos de processos organizacionais, propondo melhorias nos controles existentes e identificando a necessidade de novos controles, foi que a Esmat realizou, para servidores que atuam no Poder Judiciário, com lotação no Gabinete da Presidência, Diretorias e Assessorias do Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral e Esmat, o curso Aprimoramento de Controles em Processos Organizacionais.

As aulas foram ministradas pelo professor Salvatore Palumbo, auditor do TCU, que abordou temas como a excelência operacional; gestão de processos: mapa de processo, padrões de execução, indicadores, controles; ciclo BPM e melhoria contínua; gestão de equipes: participação, aprendizagem e comprometimento.

O curso levantou debates a respeito da excelência operacional; gestão de processos: mapa de processo, padrões de execução, indicadores, controles; ciclo BPM e melhoria contínua; gestão de equipes: participação, aprendizagem e comprometimento.



Curso Gestão de Processos nos Gabinetes



Com o objetivo de desenvolver as competências necessárias para avaliar os controles internos de processos organizacionais dos gabinetes de desembargadores, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou, em agosto deste ano, duas etapas do curso de Gestão de Processos nos Gabinetes.

Para Kenia Cristina de Oliveira, chefe de Gabinete de Desembargador, “a realização do curso foi de extrema importância. Nós profissionais que atuamos nos gabinetes muitas vezes nos fechamos apenas na área judicial, e o curso ampliou o leque para a aplicação da administração estratégica do TJTO nos gabinetes. Não somos o gabinete apenas, somos o Poder Judiciário.”

As aulas foram ministradas pelos professores Marcelo Augusto Menezes Deluca mestre em administração (UFSC), doutorando em administração pela Univali; e por Glaci dos Santos, secretária Jurídica de desembargador Jânio Machado, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Capacitação ISO/9001:2008



Os servidores da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) participaram, no primeiro semestre deste ano, do curso de Auditoria ISO e da Semana de Capacitação ISO. As atividades aconteceram com o objetivo de atualizar os servidores a respeito da Norma ISO 9001:2008, motivar a equipe e sanar as dúvidas necessárias para a execução do trabalho no padrão ISO.

Para a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, “apresentar a escola certificada, demonstra que zelamos não só pela qualidade dos nossos serviços, mas também pelo cumprimento de regulamentos, de legislações e de toda e qualquer exigência de caráter normativo. A gestão de qualidade vai além da aplicação de novas regras de operação na Escola. Ela representa a construção de uma nova cultura organizacional, envolvendo a direção, os magistrados, os servidores e os parceiros.”

A implantação do Sistema de Gestão da Qualidade na Esmat trouxe como benefício a organização dos procedimentos administrativos, elevando o nível da organização internamente, o controle e a eficácia dos mecanismos de gestão. A adequação à Norma ISO 9001:2008 ratificou que os produtos e serviços ofertados pela Escola são definidos por meio de padrões de qualidade, o que gera inúmeros benefícios e aumenta significativamente a credibilidade desta perante seus clientes, de modo a propiciar uma melhor prestação jurisdicional à sociedade.

Curso Redação Oficial



Realizado a pedido da Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça (DIFIN), o curso Redação Oficial teve como objetivo melhorar a interpretação e elaboração de documentos oficiais (ofícios, relatórios etc.), a fim de levar os servidores a produzir textos com clareza e precisão de ideias. Ministrado pela professora Maria Ângela Barbosa Lopes, servidora da Esmat, o curso teve um total de 40 horas-aula. Durante as atividades foram abordados os temas: O Novo Acordo Ortográfico; Concordância Nominal e Verbal; Regência Verbal e Nominal; Crase; Pontuação.

Os alunos assistiram às aulas na modalidade presencial, ministradas de forma expositiva, com a utilização de recursos de multimídia e exercícios, como instrumentos de fixação das regras gramaticais. Em cada aula, visou-se à revisão e adequação do aprendizado, de modo interativo, de tal forma que foram feitas sessões de tira-dúvidas dos temas mais complexos; sempre com treino ortográfico para atualização linguística.

Curso Linguagem Jurídico-Forense

O curso teve como finalidade promover o aperfeiçoamento dos assessores de desembargadores, com foco na melhoria da redação jurídica, argumentação e linguagem forense, de forma objetiva e prática, para melhorar a argumentação e a construção de expressões, períodos e parágrafos na estrutura textual das peças processuais. As vagas foram disponibilizadas por meio de indicação dos desembargadores, via sistema eletrônico de informação (SEI), as quais atendiam especificamente aos servidores com lotação nos gabinetes dos desembargadores.

Curso Planejamento e Gestão Estratégica



Com o intuito de compreender os conceitos de desenvolvimento e planejamento da estratégia, conhecer e utilizar metodologias e ferramentas de suporte ao processo de planejamento da estratégia, e aplicar os conhecimentos e habilidades adquiridos no contexto de suas organizações, a Escola realizou as atividades da 2ª turma do curso Planejamento e Gestão Estratégica.

O curso contou com a participação de cinquenta alunos, dentre servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense. Para Sinara Cristina da Silva Pereira, servidora da 1ª Vara Criminal da Comarca de Gurupi, o curso “ajudou não só a mim, como a todos os servidores a abrir nossa mente para o que é a gestão estratégica alinhada ao planejamento, missão e metas do Tribunal de Justiça nessa gestão. Deu-nos a certeza de estarmos fazendo a coisa certa para ajudar a cumprir o determinado, e a satisfação da jurisdição e jurisdicionado.”

As aulas foram ministradas pelo mestre em Terminologia pela Universidade de Brasília (UnB), Helber Ricardo Vieira, assessor da Presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e professor da Fundação Getúlio Vargas nas áreas de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos.

Curso Contabilidade Pública



Com a participação de servidores das áreas Administrativa, Financeira, Assessoria Jurídica, Controladoria Interna, Corregedoria Geral de Justiça, Escola Superior da Magistratura Tocantinense e servidores das comarcas de 3ª Entrância do estado do Tocantins, o curso Contabilidade Pública com a Nova Visão do Plano de Contas e Depreciação Patrimonial foi realizado com a finalidade de analisar as demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320, de 1964, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a fim de propiciar conhecimento e discussões das técnicas contábeis e identificar conceitos e características da Contabilidade Pública em consonância com a nova estrutura do Plano de Contas do Setor Público.



Curso Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar

Realizado em agosto, o curso Teoria e Prática do Processo Administrativo-Disciplinar, teve como objetivo capacitar e aprimorar magistrados e servidores que atuam na instrução, processamento e julgamento de Sindicâncias e de Processos Administrativos Disciplinares.

Durante os trabalhos, foram realizadas oficinas práticas com a participação de magistrados e servidores das 42 comarcas do estado do Tocantins, bem como a equipe especial disciplinar da Corregedoria Geral de Justiça, que, juntos, debateram sobre os temas: Parte preliminar: A compreensão do sistema; Perfis incompatíveis com a disciplina; Meios formais de resolução de incidentes; e Processo disciplinar eficiente.



Eventos



Seminário Justiça pela Paz em Casa

O seminário “Justiça pela Paz em Casa” deu início à Semana Nacional de Combate à Violência contra a Mulher no Tocantins. A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) registrou 583 inscrições em Palmas, e 205 nas comarcas. O evento aconteceu em março deste ano e foi retransmitido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) para todas as comarcas do Estado. Nas maiores comarcas, como Palmas, Araguaína e Gurupi, foram desenvolvidas várias ações a fim de conscientizar a comunidade, como palestras em escolas e atividades nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

A desembargadora Lenice Bodstein, do Tribunal de Justiça do Paraná, proferiu palestra de abertura com o tema “Os Novos Paradigmas da Lei Maria da Penha”. Logo em seguida ocorreu a Mesa Redonda em torno do tema “O Compromisso das Instituições da Rede de Proteção e Combate à Violência Doméstica”, moderado pela vice-corregedora-geral do Tribunal de Justiça do estado do Tocantins (TJTO), desembargadora Maysa Vendramini Rosal.

Para o coordenador do evento, e juiz da Vara Especial no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Gurupi, e coordenador das Varas de Violência Doméstica no Estado do Tocantins, Adriano Gomes, “uma lei por si só não muda o comportamento das pessoas, por mais duras que sejam as punições nela previstas. É necessária uma campanha permanente, com a participação do Sistema de Justiça e da sociedade em geral para que haja mudança cultural, no sentido de que seja respeitada a relação homem/mulher, que suprima ou diminua drasticamente as agressões domésticas contra a mulher como se vê no dia a dia.”



Ouvidoria Judiciária: a construção de uma justiça democrática de proximidade



O ouvidor judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, proferiu, no dia 30 de junho, a palestra “Ouvidoria Judiciária: a construção de uma Justiça democrática de proximidade”, no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins. Aberta ao público, a palestra foi transmitida para as 42 comarcas do Estado por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e contou com a presença de servidores, magistrados e estudantes.

A ouvidora judiciária, desembargadora Ângela Prudente, esclareceu que “a missão da Ouvidoria é servir de canal de comunicação, de intermediação entre o cidadão e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Tocantins. Hoje a Ouvidoria desenvolve um papel importante perante a sociedade, uma vez que ela quer saber o que as pessoas sentem e esperam do Judiciário Tocantinense, visando cada vez mais ao aprimoramento dos serviços prestados aos nossos jurisdicionados.”

Em sua palestra, o desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira afirmou que a Ouvidoria é fundamental para o Poder Judiciário do século XXI. “A Ouvidoria, diz ele, faz hoje a transição do Judiciário”. Nós temos a democracia de transição, aquela que antecedeu os dias atuais; hoje estamos atravessando uma fase de consolidação do regime democrático. O Poder Judiciário participa desse processo. Eu não tenho a menor dúvida de que a Ouvidoria Judiciária é um importante instrumento de revitalização e de democratização do Poder Judiciário.”

Programa de Preparação para Aposentadoria

Em agosto de 2015, a Esmat transmitiu para as 42 comarcas do Estado a palestra “Aposentadoria – Momento de Rever Prioridades” –, ministrada pelo professor doutor José Carlos Zanelli, que abriu oficialmente o Programa de Preparação para Aposentadoria do Poder Judiciário Tocantinense. A Palestra deu início ao conjunto de ações do Programa, uma iniciativa da Diretoria de Gestão de Pessoas, que objetiva apresentar a aposentadoria como um momento de continuidade da realização de processo de trabalho e, portanto, deverá propiciar aos participantes, a segurança, a tranquilidade e o auxílio técnico, a fim de que possa realizar projetos para o futuro, com foco em sentimentos e posturas positivas e pró-ativas, que serão possibilitadas por orientações sobre aspectos psicológicos, sociais, financeiros, legais e de saúde, relacionados ao processo de aposentadoria.

Em setembro, tiveram início as oficinas do Programa com a finalidade de disponibilizar aos servidores e magistrados do Poder Judiciário orientações sobre aspectos psicológicos, sociais, legais e de saúde, relacionados ao processo de aposentadoria e projetos para o futuro. As oficinas contaram com um público de mais de cinquenta participantes, dentre magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins.



III Congresso Internacional em Direitos Humanos

O III Congresso aconteceu no período de 22 a 24 de abril de 2015 e trabalhou o tema “O Respeito aos Direitos Humanos com o Advento da Globalização e Diversidade das Configurações Sociais”. Essa edição homenageou *in memoriam* o eminente jurista brasileiro Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

O Congresso objetivou não apenas tecer reflexões dogmáticas acerca das questões constitucionais, mas também propiciar o debate crítico-reflexivo a respeito dos eixos temáticos: As Cortes Constitucionais e a Garantia dos Direitos Fundamentais; Os Direitos Humanos e as Diversidades Culturais; e Os Direitos Humanos e a Liberdade de Expressão.

Durante a abertura oficial do evento, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, destacou a grande conquista da Escola Superior da Magistratura Tocantinense formar a primeira turma do Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, fruto da parceria com a Universidade Federal do Tocantins. “É um sonho que se concretiza e aponta novos rumos para as Escolas da Magistratura do Brasil, dando um grande passo para realização de cursos profissionalizantes em todo o país”, finalizou o Desembargador.



O III Congresso Internacional em Direitos Humanos contou com a apresentação de várias atividades, como think tank, exposição de posters e a apresentação de treze conferências com palestrantes de Portugal, Espanha, França, Chile, Paraguai, Reino Unido, e de vários estados do Brasil, que ministraram os temas: Os Movimentos Sociais no Contexto da Reforma Política no Brasil; Novas Experiências de Desenvolvimento das Práticas de Informação e Comunicação de Direitos Humanos no Paraguai; Ação de Tutela no Sistema Interamericano de Direitos Humanos; As Normas Sociais como Instrumento de Proteção dos Direitos Humanos; O Direito Privado e as Garantias Constitucionais: uma análise crítica na perspectiva da teoria crítica dos Direitos Humanos; Liberdade de Imprensa no Brasil, Aspectos de um Cenário Preocupante; Os Contornos da Liberdade de Expressão nas Constituições do Brasil e de Portugal; Ação Nacional do Ministério Público em defesa dos Direitos Fundamentais; As Liberdades Fundamentais Frente à Lógica da Segurança: uma contribuição para o estudo da jurisprudência francesa e europeia; Combate à Corrupção e a Efetivação dos Direitos Fundamentais; EaD como Instrumento para Equacionar as Restrições à Educação e Garantir a Cidadania; Estratégias Cooperativas para a Implementação dos Direitos Humanos: relatórios especiais e exame universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; e Terrorismo Internacional e Direitos Humanos no Mundo Globalizado.



IV Congresso Internacional em Direitos Humanos

As edições do Congresso Internacional em Direitos Humanos fazem parte das atividades do Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, fruto da parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), que se constitui num marco histórico no plano do ensino em nosso Estado e representa grande conquista para toda a sociedade tocantinense, em especial ao sistema de justiça tocantinense.

Realizada no período de 4 a 6 de novembro, a IV edição do Congresso teve, mais uma vez, recorde de público. O evento contou com aproximadamente 1.300 inscritos, na capital Palmas e nas 42 comarcas do Estado. Com o tema “Fronteiras dos Direitos Humanos: aspectos históricos, jurídicos, filosóficos e sociais”, o evento homenageou *in memoriam* o antropólogo e educador Darcy Ribeiro.

O desembargador Marco Villas Boas abriu oficialmente o Congresso e ressaltou a figura pública de Darcy Ribeiro, atuante em todas as áreas como defensor dos Direitos Humanos e da democracia da mestiçagem, apesar de perceber a escravidão dos negros e a desintegração social dos índios pelo preconceito cultural como barreiras. Durante sua fala o desembargador ressaltou que “O multiculturalismo, a formação de seres humanos, valorizando a tradição sem perder as origens, engrandecem a cultura brasileira que não pode ser apagada ou minorizada”, finalizou o Desembargador.



Ainda durante a abertura oficial, o presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes apontou a necessidade de discussões críticas sobre os Direitos Humanos. “Parabenizo a Esmat pela consolidação do trabalho no eixo acadêmico e científico proporcionando a magistratura do Tocantins como vetor de transformação, sendo assim chamada a discutir políticas públicas para promoção da cidadania”, afirmou o presidente.

Durante três dias de atividades, foram realizados oito minicursos, apresentações institucionais, diálogos interdisciplinares e onze conferências com palestrantes do Chile, Portugal, Inglaterra, Itália e de diversos estados do Brasil, que ministraram os temas: Desafios dos Direitos Humanos no Século XXI; Encontro Ciência, Arte e Vida na Pesquisa Interdisciplinar; Justiça Ambiental, Justiça Espacial e Deveres de Proteção do Estado; Duas Décadas e Meia de Vigência da Convenção sobre os Direitos da Criança: questões históricas e atuais; Brasil, (Pós) Justiça de Transição e Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Direitos Humanos: uma visão político-filosófica; A Filosofia de Vida dos Povos Indígenas: algo a nos ensinar; Educação em Direitos Humanos: desafios e perspectivas; Direito Humano e Ambiental à Água: o preço pela não prevenção; Direitos Coletivos dos Povos Indígenas na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e Controle de Convencionalidade, com o professor doutor Valério de Oliveira Mazzuoli (UFMT).



Semana Nacional da Conciliação

No Tocantins, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflito (NUPEMEC) é coordenado pela juíza Umbelina Lopes Pereira, e como coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania de Palmas, está o juiz Nelson Coelho Filho.

O Programa de Formação de Conciliadores Voluntários iniciou com a apresentação da palestra do especialista e mestre pela Universidade de Lisboa, o juiz da 2ª Vara Cível Luís Otávio de Queiroz Fraz. No período de 12 a 20 de novembro, os conciliadores participaram do curso de formação de conciliadores, atividade esta conduzida pelas conciliadoras Indira Matos Freitas de Magalhães, Paola Lazzaretti Victor e Alana Caroline Brito de Carvalho.

A abertura oficial da Semana Nacional da Conciliação, realizada no dia 23 de novembro, no pleno do Tribunal de Justiça, foi transmitida, ao vivo, para as 42 comarcas, e contou com a participação de autoridades do Poder Judiciário Tocantinense e dos mais de cem conciliadores selecionados para atuar durante a semana. Em todo o Brasil, a Semana Nacional da Conciliação aconteceu no período de 23 a 27 de novembro de 2015.





Workshop Plataforma Brasil

Workshop Plataforma Brasil aconteceu no dia 12 de agosto com o objetivo de capacitar servidores e magistrados do Poder Judiciário, e os alunos do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos quanto ao uso da Plataforma Brasil, à submissão de projetos e à Resolução nº 466, de 2012, do CONEP, que regulamenta pesquisas em seres humanos no Brasil. O encontro discutiu as questões introdutórias acerca da regulamentação da ética em pesquisas envolvendo seres humanos; a apresentação das normativas vigentes (Norma Operacional CONEP nº 001, de 2013, e Resoluções do CNS); os documentos necessários à submissão ética (Projetos de Pesquisa, Folha de Rosto – Declaração do Responsável Institucional Proponente, Termo de Compromisso e Livre Esclarecido, Termo de Consentimento para Utilização de Banco de Dados, Termo de Assentimento, Declaração de Autorização da Instituição Coparticipante e Declaração de Compromisso do Pesquisador Responsável); e a Plataforma Brasil (Cadastro de Usuário, Cadastro de Projetos, Tramitação dos Projetos e Relatórios e Encerramento dos Projetos).

I Seminário Tocantinense de Direito e Processo do Trabalho

A Esmat foi parceira do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região na realização do I Seminário Tocantinense de Direito e Processo do Trabalho, que foi transmitido ao vivo para todas as comarcas do Tocantins. O evento contou com mais de mil inscritos em todo o Estado. O tema central do evento foi “Direitos fundamentais sociais e as relações de trabalho.”

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, ressaltou, na abertura do seminário, que, “na era da globalização, as relações de trabalho ultrapassam qualquer abordagem jurídica, filosófica e social. A transformação do homem e suas atividades reformulam as relações humanas, vendo o homem não apenas como produtor de riquezas da sociedade capitalista, mas antes como elemento responsável por uma mudança social.”

O desembargador Mário Macedo Fernandes Caron, neste ato representando o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, frisou o apoio e competência do Tribunal de Justiça, por meio da parceria com a Esmat, para que o Seminário fosse realizado. Em sua fala, pontuou “a crise social com a terceirização como sinônimo da precarização do trabalho”, convidou todos a “se levantarem contra esse abuso, lutando pela conquista de uma sociedade mais fraterna.”



Cursos à

Distância



Curso Fundamentos e Técnicas de Resolução de Conflitos

A Esmat realizou o curso com o objetivo de expor e demonstrar aos participantes os principais pontos referentes à Conciliação, Mediação e Arbitragem, de modo a permitir uma análise inovadora, em razão da conjugação da teoria e da prática (análise de casos concretos).

As teleaulas foram transmitidas, via satélite, para as 42 comarcas do Estado, no período matutino, com retransmissão do conteúdo no período vespertino. Com essa metodologia de retransmissão, a Esmat oportunizou aos alunos que não puderam assistir às aulas no primeiro momento a possibilidade de manter atualizado o conteúdo das aulas e com isso garantir a realização das atividades acadêmicas do curso. As demais atividades de avaliação e interação foram via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola.

O curso trabalhou o seguinte conteúdo programático: Conciliação, Mediação e Arbitragem; Evolução Histórica dos Métodos; Papel do Judiciário e a Teoria da Decisão; Incentivos; Teoria do Conflito; Acesso à Justiça; Resolução nº 125, do CNJ; Código de Ética; Técnicas de Mediação; O Servidor como Cidadão Referencial; Casos Concretos; Aspectos Históricos; Arbitragem Doméstica e Internacional; A Flexibilização do Procedimento; e Diálogos entre a Arbitragem e o Judiciário e Casos, Decisões e Projetos.



Capacitação sobre as Tabelas Processuais Unificadas

Oferecido pela Escola Superior de Magistratura Tocantinense (ESMAT), o curso de Capacitação sobre as Tabelas Processuais Unificadas – Turmas II e III – aconteceu no primeiro semestre de 2015.

Foram disponibilizadas 700 vagas destinadas a magistrados e servidores do Poder Judiciário, membros da Ordem dos Advogados do Brasil, membros e servidores do Ministério Público Estadual, membros e servidores da Defensoria Pública Estadual e Municipal, membros e servidores da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

O curso teve como finalidade promover o conhecimento das tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário e o manuseio destas no processo eletrônico, bem como conscientizar os usuários do processo eletrônico (E-Proc) sobre a importância da utilização e lançamentos das referidas tabelas, e capacitá-los quanto aos "movimentos" a serem registrados nos andamentos processuais, demonstrando seus reflexos diretos nos sistemas estatísticos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

As teleaulas foram transmitidas, via satélite, para as 42 comarcas do Estado, e as atividades complementares foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola.



The screenshot displays the Moodle LMS interface. At the top, there is a navigation bar with the text 'AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM' and a search box. Below this, a secondary navigation bar contains links for 'Página inicial', 'Este curso', 'CURSOS', 'MEUS CURSOS', 'CALENÁRIO', 'ACESSO', 'SUPPORTE', 'TUTORIAIS', 'PERFIL', and 'Esconder blocos'. The main content area is divided into two columns. The left column contains a sidebar with sections: 'Usuários Online' (showing 0 users), 'Administração' (with sub-items like 'Administração do curso', 'Alterar edição', 'Editar configurações', 'Usuários', 'Filtros', 'Relatórios', 'Notas', 'Emblemas', 'Backup', 'Restaurar', 'Importar', 'Publicar', 'Reconfigurar', 'Banco de questões'), 'Mudar papel para', and 'Administração do site'. The right column features a video player showing a woman speaking, followed by a section titled 'Ambientação Moodle' with instructions on how to access forums and upload files, and a section titled 'Material de Apoio' listing documents such as 'Resolução CNJ Nº 12, de 14 de fevereiro de 2006', 'Resolução CNJ Nº 46, de 18 de dezembro de 2007', 'Portaria TJTO Nº 4165, de 25 de novembro de 2014', and 'Manual de utilização das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário'.

Curso Atualização e Principais Alterações do Novo CPC



Devido ao grande sucesso da turma presencial, a Esmat oportunizou, ainda no segundo semestre de 2015, a realização de três turmas do curso de Atualização e Principais Alterações do Novo Código de Processo Civil (CPC).

Transmitido via satélite, para 42 comarcas do Estado, o curso foi dividido em oito módulos e contemplou os seguintes temas: Normas Fundamentais e Princípios Constitucionais do Novo CPC; Procedimento Eletrônico no Novo CPC. Cumprimento de Sentença e Comunicação dos Atos Processuais; Julgamento por Ordem Cronológica de Conclusão e dos Elementos e dos Efeitos da Sentença; Incidente de Resolução das Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência; Sistema Recursal no Novo CPC; Intervenção de Terceiros. Amicus Curiae. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Saneamento e Organização do Processo. Saneamento Compartilhado; Tutela Provisória, Tutela de Urgência Antecipada e Cautelar, Tutela de Evidência; Petição Inicial, Conciliação e Mediação, Contestação e Sistema Probatório.

As atividades visaram apresentar aos participantes, especialmente aos que atuam nas áreas cíveis, as profundas mudanças paradigmáticas do Novo Código, apontando a nova mundividência nele contida, para aperfeiçoar os serviços prestados e melhorar a entrega da tutela jurisdicional, a partir da vigência do Novo Código. Ao todo foram capacitados mais de duzentos alunos. As demais atividades de avaliação e interação foram realizadas via Ambiente Virtual da Escola.

Curso Direito Administrativo



O curso Direito Administrativo foi realizado com o objetivo de propiciar aos participantes o arcabouço de conhecimentos (e a capacidade analítica) necessários para contextualizar juridicamente as relações contemporâneas entre o poder público e os particulares, na perspectiva da consolidação do Estado Democrático de Direito.

As aulas abordaram temas, como: Conceito, Fontes e Fundamentos Históricos do Direito Administrativo; Princípios Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Administrativo; Sujeitos do Direito Administrativo e Pessoas Administrativas; entre outros.

As teleaulas foram transmitidas, pela Esmat, via satélite, para as 42 comarcas do Estado, e as atividades complementares foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola.

Curso Metodologia Científica para Formação de Pesquisadores

Teve início, em 21 de junho, a II turma do curso Metodologia Científica para a Formação de Pesquisadores. Foram destinadas cento vagas para magistrados e servidores Poder Judiciário Tocantinense, bem como para membros e servidores de órgãos parceiros da Esmat. O objetivo principal foi o de desencadear ações de pesquisa no âmbito do Poder Judiciário e fixar diretrizes para que servidores e magistrados estudem temas que possam melhorar a prestação jurisdicional e resultem em projetos de pesquisa, os quais lhes possibilitarão se inscrever nos processos seletivos em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Ministrado pela professora doutora Patrícia Medina e pelo professor mestre Gustavo Paschoal, as atividades do curso foram realizadas via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, o que possibilitou aos alunos o acesso às vídeoaulas, fóruns, chats, produção bibliográfica, além de pesquisas e realização do projeto de pesquisa.

Curso Gramática Aplicada às Rotinas Forenses

O curso foi realizado com o intuito de promover o aperfeiçoamento linguístico e redacional de cada participante, como articulador da linguagem de sua vivência social e profissional. Ministrado pela professora Maria Ângela Barbosa, o curso abordou temas como: Termos da oração; Estudo das conjunções; Orações subordinadas e coordenadas; Verbos; Pronomes; Pontuação; Concordâncias verbal e nominal; Regências verbal e nominal; Crase; Dicas de Redação Forense; Semântica.

Ao todo foram disponibilizadas cento e cinquenta vagas para magistrados e servidores, que assistiram às teleaulas transmitidas, via satélite, em todas as comarcas do Estado. Durante o curso, os alunos também desenvolveram atividades de interação e avaliação no Ambiente Virtual de Aprendizagem.



Deontologia e Ética para Magistrados

Partindo da premissa de que as Escolas de Magistratura devem incluir em seus programas de qualificação e aperfeiçoamento temas que provoquem reflexões, aprofundamento de valores, princípios éticos de seus alunos-juizes, é que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou o curso de atualização em Deontologia e Ética para Magistrados. O Curso abordou estes dois importantes temas "Deontologia" e "Ética", com o objetivo de resgatar os princípios, deveres, direitos, ações e normas adotados pela profissão do Direito, em que cada profissional no exercício regular de sua profissão escolhe o que é moralmente necessário para seu crescimento intelectual e ético, e isso se dá tanto no relacionamento profissional juiz-parte, como no que se estabelece entre os vários operadores entre si.



Convênios



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e o Instituto Latino Americano de Argumentação Jurídica (ILAAJ) firmaram acordo de cooperação, em 15 de maio, com o objetivo de estabelecer cooperação acadêmica e científica, bem como o intercâmbio de experiências e pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, dentro das áreas nas quais tenham interesse manifesto.

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, assinou o acordo de cooperação com o magistrado Tiago Gagliano Pinto Alberto, do ILAAJ, contando com a presença do presidente do Copedem, desembargador Antonio Rulli.

Para o magistrado Tiago Gagliano Pinto Alberto, do ILAAJ, o acordo possibilita aproximação entre as instituições para que a troca de conhecimentos e desenvolvimento seja potencializada. “A ideia é aproximar as instituições e buscar atividades-fins, pesquisas e cursos de aperfeiçoamentos em comum, trazer soluções nos vários campos de atuação.”

Esmat assina Termo de Cooperação Acadêmica e Científica com o ILAAJ



Tribunal de Justiça firma termo de cooperação com a Unirg



O Tribunal de Justiça do Tocantins firmou, em abril, o termo de cooperação acadêmica e científica com a Fundação Unirg, com interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O objeto do convênio prevê o intercâmbio de experiências e pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, nas áreas em que tenham interesse.

Para o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat, “as instituições têm de caminhar juntas, cooperando umas com as outras, principalmente na formação acadêmica e profissional, porque isso melhora a qualidade de vida das pessoas.”

O presidente da Fundação Unirg, Sávio Barbalho, afirmou que o convênio é de grande importância para os 16 cursos da Universidade. “Para a Unirg vai ser uma alegria a execução dessa parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense”, concluiu.

Assinaram o documento o presidente do TJTO, desembargador Ronaldo Eurípedes; o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, e o presidente da Fundação Unirg, Antônio Sávio Barbalho do Nascimento. Como testemunhas: Káryan de Paula Gonzaga e Castro Amaral, coordenadora do curso de Direito da Unirg; e Francisco Alves Cardoso Filho, diretor geral do Tribunal de Justiça.

TJTO firma Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica com FDUL



O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desembargador Marco Villas Boas, esteve em Lisboa-Portugal onde assinou Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Universidade de Lisboa (UL) e o Instituto do Direito Brasileiro (IDB), assim como a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins (FAPTO) e a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

O termo tem por objetivo estabelecer cooperação técnica, acadêmica, científica e financeira com o intuito de intercambiar experiências e pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, nas áreas em que tenham interesse manifesto.

Com essa parceria, uma das metas da Esmat é a internacionalização do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, em parceria entre a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e realização da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O Termo de Cooperação foi assinado pelo professor doutor Jorge Duarte Pinheiro, diretor da FDUL; pelo professor doutor catedrático Eduardo Vera-Cruz Pinto, presidente do IDB; pelo desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; pelo desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat; pelo professor doutor Marcio Antonio da Silveira, reitor da UFT; e por Léo Araújo da Silva, diretor executivo da FAPTO.



Pós-Graduações

Lato e Stricto Sensu



2012-2012

① PROCESSO LEGISLATIVO

② GRANDES

Sua - CF - Sua ALTERNATIVA

CD SF (HOM)

↑ ↑

Pós-Graduação *Stricto Sensu*



Em abril de 2013, iniciaram as atividades do Programa de Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, promovido pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

A primeira turma do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos está na fase de conclusão das apresentações de defesa do trabalho final à banca. Enquanto isso, a segunda turma iniciou a fase de defesa do trabalho. Em fevereiro de 2015, a aula Magna ministrada pelo professor pós-doutor Guilherme Assis de Almeida (USP) deu início à terceira turma do Mestrado, com o tema “Violência, Direitos e Cidadania.”

Em outubro, foi publicado o Edital para a seleção da quarta turma do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em

Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (2016-2017). Foram disponibilizadas vinte e cinco vagas aos portadores de diplomas de cursos de graduação reconhecidos pelo MEC, observadas as normas e exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e as exigências prescritas no regulamento geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e específicas de cada programa de pós-graduação. As vagas foram distribuídas entre magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, efetivos e em exercício, de primeira e segunda instâncias; professores e servidores da Universidade Federal do Tocantins, efetivos e em exercício; e profissionais atuantes no sistema de Justiça no âmbito da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos.

Pós-Graduação Lato Sensu

Mais de cem alunos receberam o certificado de conclusão de curso, com o título de especialistas, em abril deste ano, na cerimônia de entrega dos certificados dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública com Ênfase em Administração do Judiciário; Pós-Graduação em Criminologia; e Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos. A cerimônia foi realizada no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins.





Atualmente a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) possui três cursos de pós-graduação *lato sensu*, em andamento, são eles: Criminologia e Ciências Criminais; Teoria da Decisão Judicial; e Direito Público, que, juntos, atendem mais de 100 alunos dentre magistrados, servidores e membros de instituições parceiras. Com o término das aulas previsto para 2015, fica para 2016 a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) para que o Poder Judiciário Tocantinense tenha novos especialistas no quadro de trabalho.





Relatório de
Atividades



ORDEM	EVENTOS	CH	MATRICULADOS
1	I SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO	12	1420
2	III CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	22	1616
3	IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	21	1286
4	JOOMLA DAY TOCANTINS	8	61
5	JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA	4	817
6	OFICINA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA – TURMA I	24	33
7	OFICINA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA – TURMA II	24	24
8	OFICINA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA – TURMA III	24	38
9	PALESTRA APOSENTADORIA - MOMENTO PARA REVER PRIORIDADES	2	248
10	PALESTRA OUVIDORIA JUDICIÁRIA: A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA DEMOCRÁTICA DE PROXIMIDADE	2	238
11	PALESTRA PROCESSO E PROCEDIMENTOS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	4	714
12	WORKSHOP PLATAFORMA BRASIL	5	23
ORDEM	CURSOS	CH	MATRICULADOS
1	APRIMORAMENTO DE CONTROLES EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	35	24
2	ATENDIMENTO AO PÚBLICO – TURMA I	22	38
3	ATENDIMENTO AO PÚBLICO – TURMA II	22	34
4	ATUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) – MAGISTRADOS	35	45
5	ATUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) – TURMA I	80	291



6	ATUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) – TURMA II	70	22
7	ATUALIZAÇÃO E PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC) – TURMA III	80	298
8	AUDITOR ISO 9001	40	15
9	CAPACITAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	6	62
10	CAPACITAÇÃO PARA USO DO SEER	16	8
11	CAPACITAÇÃO SOBRE AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TURMA II	24	242
12	CAPACITAÇÃO SOBRE AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TURMA III	24	77
13	CONTABILIDADE PÚBLICA COM A NOVA VISÃO DO PLANO DE CONTAS E DEPRECIÇÃO PATRIMONIAL – TURMA II	24	27
14	DEONTOLOGIA E ÉTICA PARA MAGISTRADOS	30	11
15	DIREITO ADMINISTRATIVO – TURMA I	45	138
16	ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	8	54
17	EXCEL INTERMEDIÁRIO – TURMA I	30	17
18	EXCEL INTERMEDIÁRIO – TURMA II	30	18
19	FORMAÇÃO CONTINUADA CEI – “CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL”	30	20
20	FORMAÇÃO CONTINUADA EM TEORIA DA JUSTIÇA	42	6
21	FORMAÇÃO DE CONCILIADORES – DIREITO CIVIL	40	96
22	FORMAÇÃO DE CONCILIADORES – DIREITO DA FAMÍLIA	40	65
23	FUNDAMENTOS E TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	50	384
24	GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – ISO/IEC 27.001	16	22

25	GESTÃO DE PROCESSOS NOS GABINETES DE DESEMBARGADORES	40	31
26	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – TURMA II	30	47
27	GPWEB – TURMA I	12	10
28	GPWEB – TURMA II	12	12
29	GRAMÁTICA APLICADA ÀS ROTINAS FORENSES	30	127
30	MINICURSO DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA SOBRE DROGAS NO BRASIL – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	22
31	MINICURSO EDUCAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	40
32	MINICURSO JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	41
33	MINICURSO MEIOS E ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	46
34	MINICURSO MULTICULTURALISMO E DIREITOS HUMANOS – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	42
35	MINICURSO PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE: O AGIR HUMANO NA CONTEMPORANEIDADE – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	39
36	MINICURSO SISTEMA PENAL E DIREITOS HUMANOS – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	51
37	MINICURSO SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IV CONGRESSO INTERNACIONAL	2	37
38	LINGUAGEM JURÍDICO-FORENSE	110	36
39	METODOLOGIA CIENTÍFICA PARA A FORMAÇÃO DE PESQUISADORES – TURMA II	120	100
40	PLANEJAMENTO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TIC (CONFORME RESOLUÇÃO CNJ 182-2013)	24	26

41	PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA – TURMA II	24	46
42	REDAÇÃO OFICIAL – TURMA III	40	16
43	SEMANA DE CAPACITAÇÃO ISO 9001	12	40
44	TEORIA E PRÁTICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	10	85
ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES	CH	MATRICULADOS
1	PÓS-GRADUAÇÃO EM CRIMINOLOGIA E CIÊNCIAS CRIMINAIS	270	51
2	PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO	300	50
3	PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL	224	44
ORDEM	MESTRADO	CH	MATRICULADOS
1	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA II	180	25
2	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA III	330	25



**ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE**